

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de 2026, às 08h e 41m reuniram-se, ordinariamente, os seguintes membros do Conselho Fiscal: Halysson Mendes e Souza Pinto, Adriana Aparecida da Silva Martins Ferreira, Irma Cassiano dos Santos, Ana Cristina do Valle Domingos, Elaine de Souza Nascimento, André Fernandes da Costa Milanez.

Justificativa de ausência: Não houve.

Também participaram da reunião: A Diretora-Presidente Elizangela Sara Lana, a Controladora Interna Betânia Aparecida de Paula e o Diretor Administrativo Financeiro Diego da Silva Carioca.

A reunião tinha como pauta os seguintes pontos:

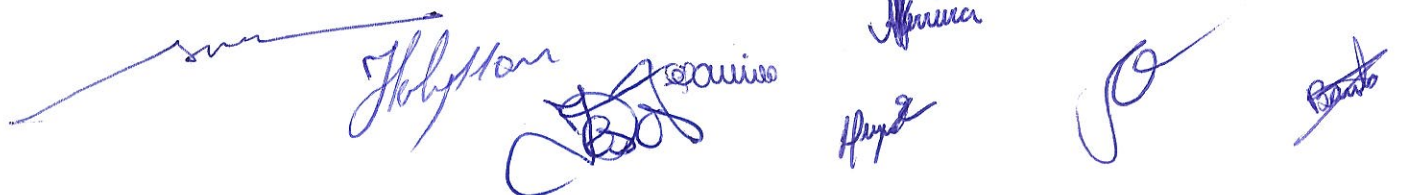
Pautas do Conselho Fiscal

1. **Análise do Relatório do Controle Interno do mês de maio/2026**
2. **Análise do Relatório de Investimentos do mês de maio/2026**

Pautas da Diretoria

3. **Aprovação dos pareceres do Comitê de Investimentos**

O Presidente do Conselho, Halysson cumprimentou os presentes e deu início à primeira pauta: **1) Análise do Relatório do Controle Interno do mês de maio/2026:** Inicialmente, Ana Cristina e os demais participantes parabenizaram Diego, pela obtenção da certificação de nível avançado na área de investimentos. Na oportunidade, Halysson pediu que fosse registrado em ata de seu interesse em obter certificação para integrar o Comitê de Investimentos, informando que pretende realizar os estudos por módulos, submetendo-se às avaliações correspondentes à medida que concluir cada conteúdo. Em seguida, Diego explicou que, agora a contratação de cursos de capacitação, nos termos da Lei 14.133/2021, vem sendo realizada por meio de Inexigibilidade de Licitação, procedimento mais rápido de



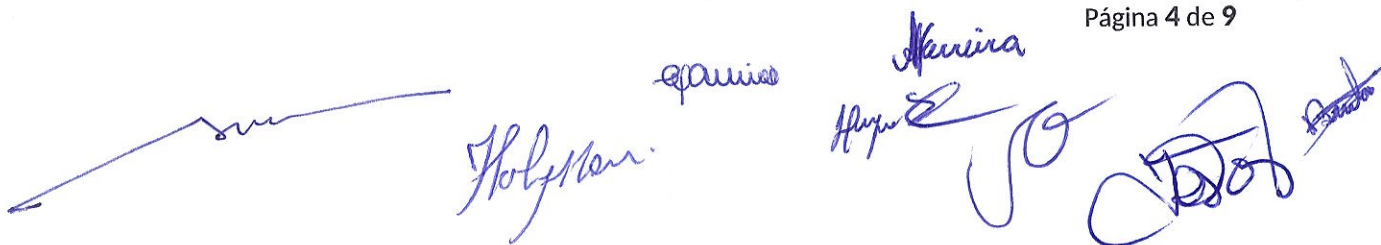
contratação. Sugeriu, ainda, que a diretoria colha os nomes de quem ainda precisa de certificação e tem interesse em se certificar nesse momento, questionando quem ficaria responsável por colher esses nomes. Elizangela informou que os outros órgãos colegiados decidiram pela realização desse levantamento internamente, encaminhando posteriormente os nomes dos interessados. Nesse momento, Hallysson se manifestou dizendo que seria o responsável em colher os nomes dos interessados do Conselho Fiscal e enviaria por e-mail para a Presidência. Prosseguindo, Ana Cristina perguntou como estaria a situação da função do Analista de Investimentos. Em resposta, Elizangela informou que o assunto já foi discutido na reunião do Comitê de Investimentos e que servidor Ricardo, enquanto ocupante da função em reuniões internas firmou o compromisso de promover a transição das atividades para outro servidor. Elizangela relatou ainda que, após levantamento das demandas do setor de investimentos realizado por Diego, constatou-se que a função foi originalmente criada com foco no atendimento das exigências do Pró-Gestão. Contudo, diante da vacância da função, verificou-se que sua vinculação à Diretoria Administrativa Financeira atenderia melhor ao princípio da continuidade administrativa, garantindo a execução das atividades mesmo em situações de ausência do responsável. Elizangela informou também que conversou com a Diretora Administrativa Financeira do Instituto de Teófilo Otoni e perguntou a ela se, na ausência do Analista, ela conseguiria substituí-lo e a diretora respondeu que não, que são atividades bastante específicas. Elizangela mencionou ainda que conversou também com o Gestor do Instituto de Viçosa que disse que conta com o apoio de um servidor do Instituto e uma consultoria para o desenvolvimento das atividades relacionadas aos investimentos. Em relação ao encerramento da cessão do servidor Ricardo, Elizangela informou que tratou do assunto com a Secretária Municipal de Administração, que se comprometeu a disponibilizá-lo sempre que necessário para auxiliar na resolução de demandas pendentes do Instituto. Por fim, destacou a necessidade de avaliar o fluxo de atividades da Diretoria Administrativa Financeira e, se necessário, promover adequações na portaria que regulamenta a função de Analista de Investimentos. Adriana então questionou se já não seria viável abrir o edital de seleção da função. Elizangela respondeu que o assunto será avaliado e que, caso haja decisão pela



abertura do processo seletivo para a função, todos os interessados que atenderem aos requisitos poderão participar. Prosseguindo, sobre as dúvidas do relatório do Controle Interno, Adriana questionou qual seria o motivo do atraso no envio da remessa ao SICOM referente ao mês de abril, conforme mencionado no relatório. Em resposta, Diego, esclareceu que, em razão da mudança de gestão ocorrida no final do mês de maio, com posse em 21/05/2026 e início efetivo do exercício em 28/05/2026, houve uma incompatibilidade entre o cadastro realizado pela Prefeitura e aquele efetuado pelo IPREV no sistema do TCE/MG. Informou que, tão logo o problema foi identificado, foram adotadas as providências necessárias para sua regularização, sendo o atraso decorrente exclusivamente do tempo necessário para a solução da inconsistência. Complementando a informação, Betânia mencionou que assim que foi resolvido, a contadora enviou um e-mail informando do envio no dia 11/06/2026. Diego acrescentou que situações dessa natureza podem ocorrer, embora nem sempre sejam consideradas justificáveis pelos órgãos de controle. Adriana então questionou se o atraso poderia acarretar alguma penalidade por parte do Tribunal de Contas. Diego respondeu que considera difícil a aplicação de penalidades, mas ressaltou que, caso haja qualquer notificação, serão apresentadas as devidas justificativas. Prosseguindo, Adriana solicitou esclarecimentos acerca do Processo nº 5.484/2026, referente à renovação da concessão de horário/jornada especial de trabalho – PRO nº 1992/2023. Betânia informou que se tratava de requerimento apresentado por uma servidora do Instituto. Em seguida, Adriana questionou o motivo do encerramento do pagamento do benefício mencionado no relatório, sendo esclarecido por Betânia que a interrupção ocorreu em razão de o dependente ter atingido a maioridade, perdendo, assim, a condição que justificava a concessão do benefício. Na sequência, Ana Cristina solicitou informações sobre o andamento da auditoria do Pró-Gestão. Diego informou que estão sendo realizados ajustes internos e adequações documentais necessárias para atendimento das exigências do processo de auditoria. Dando continuidade, André deu as boas-vindas à Betânia por assumir a função de Controladora Interna e mencionou os questionamentos recebidos pelo Instituto acerca da concessão de diárias para participação em eventos de capacitação, questionando se havia ocorrido alguma mudança. Em resposta, Elizangela informou que esteve no Ministério Público

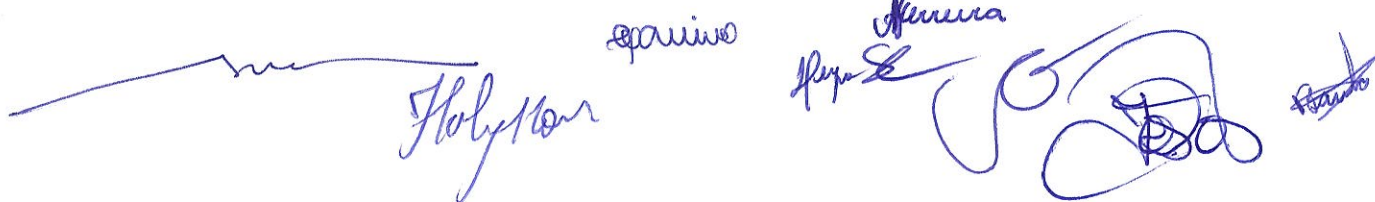


para tratar da representação apresentada e que recebeu esclarecimentos detalhados da assessoria da Promotoria responsável acerca dos procedimentos que serão adotados durante a apuração dos fatos. Em seguida, comentou sobre a apresentação da Prestação de Contas do primeiro quadrimestre realizada na Câmara Municipal. Relatou que houve questionamento por parte do vereador que acompanhava a apresentação acerca do não recebimento prévio da apresentação. Após verificar a situação, constatou-se que houve um desencontro de informações quanto ao fluxo de encaminhamento dos documentos. Informou, ainda, que a situação será corrigida e que os procedimentos adequados serão observados nas próximas oportunidades. Na oportunidade, Diego recomendou aos conselheiros que acompanhem as apresentações de Prestação de Contas realizadas na Câmara Municipal, destacando a relevância dessas exposições para melhor compreensão das atividades desenvolvidas pelo Instituto. Elizangela complementou ressaltando que a participação de vereadores e do público torna os debates mais dinâmicos e enriquecedores. Prosseguindo, Adriana mencionou que não recebeu o balancete do mês de maio, disse que entende que o Instituto está passando pelo período de transição da gestão, mas solicitou que fosse alinhado internamente entre os setores envolvidos e que, assim que os relatórios estiverem prontos, solicitou que lhe sejam encaminhados. Por fim, Adriana questionou se houve alguma capacitação esse mês. Elizangela esclareceu que não houve participação em eventos de capacitação, mas informou que o Instituto recebeu uma premiação em avaliação que contemplou diversas áreas de atuação. Destacou que o melhor resultado foi obtido na área de Investimentos e que, em razão disso, foi deliberado e registrado em ata que ela, na condição de representante legal do Instituto, e Osmerino, como Presidente do Comitê de Investimentos, participariam do evento de recebimento da premiação. Ao final, Adriana elogiou a atuação do Comitê de Investimentos, destacando que o reconhecimento recebido demonstra que o Comitê está fazendo um ótimo trabalho. Passou-se para a pauta seguinte: **2) Análise do Relatório de Investimentos do mês de maio/2026:** Passando à análise do Relatório de Investimentos referente ao mês de maio de 2026, Halysson observou que há expectativa de elevação da taxa Selic e avaliou que esse cenário tende a favorecer a carteira de investimentos do Instituto, considerando seu perfil mais conservador e a



Handwritten signatures in blue ink, including names like "Halysson", "Osmerino", "Adriana", and others, along with a large stylized signature on the right.

predominância de aplicações em renda fixa. Na sequência, perguntou para Diego, se seria possível apresentar aos conselheiros uma breve explicação sobre o relatório, nos moldes do que era realizado anteriormente pelo Analista de Investimentos. Em resposta, Diego esclareceu que, atualmente, vem desempenhando as atividades operacionais relacionadas à área de investimentos e que também foi designado para a função de Gestor de Recursos por cumprir os requisitos, com o objetivo de garantir a continuidade e o cumprimento dos prazos e das obrigações legais. Ressaltou que não integra o Comitê de Investimentos e, por esse motivo, não acompanha diretamente as discussões referentes ao cenário econômico e às perspectivas de mercado. Informou, contudo, que tem atuado na operacionalização da plataforma de investimentos, na execução das deliberações do Comitê e envio do DAIR e que pretende participar das reuniões do Comitê sempre que possível. Prosseguindo, Diego informou que a área de investimentos seguia, até então, as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.963/2021. Entretanto, após as alterações promovidas pela Secretaria de Previdência, a Resolução CMN nº 5.272/2025 passou a disciplinar a matéria, resultando no desenquadramento passivo de alguns investimentos em razão das novas exigências normativas. Esclareceu que a legislação prevê prazo de até dois anos para a regularização desses desenquadramentos passivos. Informou ainda que o Comitê de Investimentos deliberou pela retirada dos recursos aplicados em um dos fundos desenquadrados e que a instituição financeira apresentou alternativa com características e rentabilidade semelhantes para substituição do investimento. Quanto à solicitação de esclarecimentos sobre o relatório, Diego informou que poderá prestar os esclarecimentos que estiverem ao seu alcance sempre que solicitado. Contudo, destacou que sua atuação, neste momento, está mais restrita às atividades operacionais e ao lançamento de informações na plataforma e no Cadprev na condição de Gestor de Recursos. Em seguida, Halysson questionou sobre a possibilidade de a consultoria contratada realizar apresentações periódicas ao Conselho Fiscal. Diego esclareceu que a consultora Bruna, representante da empresa Crédito & Mercado, participa regularmente do início das reuniões do Comitê de Investimentos, ocasião em que apresenta análises e informações sobre o cenário econômico e financeiro. Na sequência, Adriana questionou se Diego estava recebendo a gratificação



correspondente à função de Analista de Investimentos. Elizangela respondeu que não, que ele até merecia receber pelo trabalho que está desempenhando na ausência do Analista. Complementando, Diego ressaltou que, perante a Secretaria de Previdência, o Gestor de Recursos é o responsável pelas atividades da área e informou que tem se dedicado à organização do setor de investimentos e à execução das atividades operacionais necessárias. Acrescentou que, em razão de sua recente nomeação para a Diretoria Administrativa-Financeira, ainda está promovendo a estruturação e organização dos trabalhos sob sua responsabilidade. Dando continuidade às discussões, Halysson e André destacaram que a carteira de investimentos do Instituto possui predominância de aplicações em renda fixa, característica que, em suas avaliações, proporciona maior segurança e estabilidade em cenários econômicos adversos. Por fim, Adriana lembrou a solicitação de apresentação do gráfico de desempenho dos BDRs, com o objetivo de analisar a evolução patrimonial dos investimentos e verificar eventual ocorrência de perda patrimonial. Informou que Osmerino havia se comprometido a apresentar o gráfico. Diego então disse que pode lembrá-lo de trazer, destacando que, até o momento, não foi identificada qualquer perda patrimonial relacionada aos investimentos mencionados. Passou -se para a pauta da diretoria. **3) Aprovação dos pareceres do Comitê de Investimentos:** Elizangela passou a palavra para Diego que disse que foram levantadas algumas questões, que foi enviado os pareceres dos meses de janeiro e fevereiro e o Conselho Fiscal precisa analisá-los e aprová-los. Na oportunidade, apresentou breves esclarecimentos acerca da finalidade e do conteúdo dos referidos pareceres e perguntou se havia alguma dúvida. Não havendo questionamentos, Halysson manifestou-se favoravelmente à aprovação dos documentos, afirmando não ter identificado qualquer apontamento que justificasse sua rejeição. Diego ressaltou que o Gestor de Recursos possui função de apoio técnico e operacional, cabendo ao Comitê de Investimentos conforme a nossa lei a deliberação e tomada de decisões relacionadas à gestão dos recursos financeiros do Instituto. Submetidos à apreciação, os pareceres do Comitê de Investimentos referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2026 foram aprovados pelos membros presentes. Na sequência, Diego destacou a importância de o Conselho Fiscal acompanhar a situação dos fundos de investimentos

Osmerino
Halysson

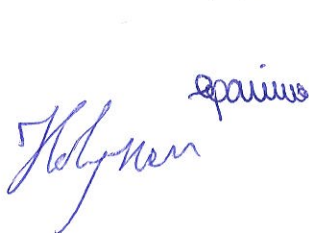
Adriana
Diego
Diego
Diego

Diego

que, em decorrência das alterações promovidas pela legislação vigente, possam encontrar-se desenquadrados. Em seguida, Betânia questionou se todos os desenquadramentos já haviam sido regularizados. Em resposta, Diego informou que ainda existem situações pendentes, mencionando especificamente uma letra financeira do Banco Santander e um BDR da Caixa Econômica Federal, sobre o qual ele ainda está procurando entender melhor. Prosseguindo, Elizangela informou que, em razão do período de transição da gestão, ainda possui quatorze dias de férias a serem usufruídos. Comunicou que, durante esse período, o Diretor Administrativo-Financeiro, Diego, será designado para responder interinamente pela Presidência do Instituto. Informou ainda que, em decorrência dessa situação, o programa IPREV Itinerante permanecerá suspenso temporariamente, com previsão de retorno no mês de agosto. Retomando o assunto relacionado à participação em eventos de capacitação e à representação encaminhada ao Ministério Público, Elizangela esclareceu que o Conselho Municipal de Previdência deliberou na última reunião por seguir na íntegra a Resolução Interna que define os critérios para participação de eventos deliberou, mas como Ordenadora de Despesas prefere de forma cautelar, pela adoção de uma escala mínima de participação em eventos, até a conclusão dos esclarecimentos necessários. Informou que no momento apenas um representante de cada órgão colegiado participará dos cursos e eventos de capacitação nesse período. Nesse contexto, comunicou que foi deliberado que o conselheiro Halysson representará o Conselho Fiscal no evento previsto para o final do mês de julho, no município de Guarujá/SP. André observou que a indicação deveria ser formalizada por meio de ato específico. Em resposta, Elizangela destacou que a orientação do Conselho Municipal de Previdência é observar rigorosamente os procedimentos previstos na Resolução, a fim de evitar qualquer interpretação equivocada acerca da regularidade das participações em eventos. Adriana ressaltou a importância da capacitação contínua dos conselheiros para o adequado desempenho de suas atribuições. Elizangela reforçou que as participações em cursos e eventos sempre observaram os critérios estabelecidos nas normas vigentes. Diego acrescentou que também deve ser observada a rotatividade entre os participantes, de modo a ampliar as oportunidades de qualificação. Na sequência, Elizangela informou que na própria Resolução a menção a rotatividade e

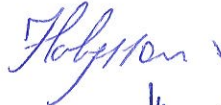


que o Instituto já possui Plano de Capacitação contemplando os principais congressos e eventos tradicionalmente frequentados pelos Órgãos Colegiados. Halysson sugeriu que fosse disponibilizado aos conselheiros um cronograma contendo os eventos previstos e suas respectivas datas. Em resposta, Elizangela e Diego esclareceram que o Plano de Capacitação já contempla essas informações, ressaltando apenas os eventos cujas datas ainda não foram oficialmente divulgadas. Elizangela destacou, ainda, que as informações são encaminhadas aos Presidentes dos Órgãos Colegiados com antecedência, especialmente em razão da necessidade de aquisição de passagens aéreas, cujos custos podem ser significativamente elevados quando adquiridas em prazo reduzido, comprometendo o orçamento destinado aos órgãos colegiados. Diego disse que as capacitações também podem ser acompanhadas com mais detalhes nos sites das associações de previdência, o que facilitaria para os membros se organizarem. Dando prosseguimento à reunião, Elizangela solicitou o registro em ata de que foi informada por Betânia sobre seu impedimento para emissão de parecer de Controle Interno nos processos licitatórios destinados à aquisição de materiais de escritório e de materiais permanentes de informática, nos termos da Portaria nº 147, de 29 de dezembro de 2023. Betânia esclareceu que participou da elaboração e assinatura dos documentos iniciais da fase de planejamento dos referidos processos, circunstância que comprometeria a observância do princípio da segregação de funções caso viesse a atuar posteriormente na fiscalização dos mesmos procedimentos. Elizangela informou que consultou o setor jurídico do Instituto acerca da situação, tendo sido orientada de que, excepcionalmente, o Conselho Fiscal poderia realizar a análise dos referidos processos. Adriana manifestou o entendimento de que a análise deveria ser realizada pelo Controle Interno do Município. Em resposta, Elizangela e Betânia esclareceram que, considerando a similaridade entre determinadas atribuições do Controle Interno e do Conselho Fiscal, os processos foram submetidos à apreciação do colegiado para emissão de declaração atestando que a documentação apresentada estava em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e que o trâmite processual ocorreu de forma regular. Ana Cristina comentou que entende que seria mais uma questão burocrática mesmo. Na sequência, Betânia apresentou o documento para apreciação dos conselheiros, sendo realizada sua leitura integral por



Ana Cristina. Durante a análise, André sugeriu que fosse anexado aos autos o checklist de conferência da documentação dos processos. A sugestão foi acolhida, e os membros presentes procederam à conferência da documentação apresentada e do respectivo checklist. Concluída a análise e não havendo apontamentos adicionais, a declaração foi assinada pelos representantes do Conselho Fiscal. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às **10h 55 m** e eu, Giselle Cristina Carlos Gonçalves, redigi a presente ata que será assinada por todos.

Halysson Mendes e Souza Pinto



Adriana Aparecida da Silva Martins Ferreira



Ana Cristina do Valle Domingos



André Fernandes da Costa Milanez



Elaine de Souza Nascimento



Irma Cassiano dos Santos



Elizangela Sara Lana



Diego da Silva Carioca



Betânia Aparecida de Paula

